

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – ISSN 2178-6925
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Junho de 2017

A ESTRUTURAÇÃO DA PSICOSE A PARTIR DO COMPLEXO DE ÉDIPO

*Igor Belli Leles, ** Maria Thereza Nóbrega Pereira Teixeira

Resumo

Este artigo tem como tema principal a psicose e como objetivo discutir como se dá a estruturação desta a partir do complexo de Édipo, conceito descrito por Sigmund Freud, criador da Psicanálise, e retomado por Jacques Lacan. A psicanálise trouxe grande contribuição à humanidade para compreensão do desenvolvimento psíquico, destacando-se situa a conceituação do Complexo de Édipo como alicerce da estruturação psíquica do sujeito enquanto neurótico, psicótico ou perverso. Realizado por meio de pesquisa bibliográfica, descritiva quanto aos objetivos e qualitativa quanto à análise dos conteúdos. Este trabalho vem discutir a influência e onipotência das figuras paterna e materna na construção da subjetividade humana, e apontar como a impotência funcional paterna pode dar ordem à estrutura psicótica quando esta função nem sequer é apresentada ao sujeito pela mãe, levando à forclusão do Nome-do-Pai e induzindo-o à representação de seus desejos no Real através do delírio e alucinação, inaugurando a estrutura psicótica.

Palavras-chave: Estruturação da personalidade. Psicanálise. Complexo de Édipo. Forclusão. Psicose.

Astract

This article is to discuss the structuration of the psychosis through the Oedipus complex concept described by Sigmund Freud, founder of psychoanalysis, and resuming by Jacques Lacan. This concept brought a great contribution to human society for the understanding of psychic development, highlighting the Oedipus concept as the foundation of psychic structure, and from it, of the subject is founded as neurotic, psychotic or perverse. This paper was written through bibliographic research, being descriptive, when it comes to the objectives, and qualitative for the content analysis. It discusses the influence and omnipotence of the paternal and maternal figures in the construction of human subjectivity, and point out how the paternal functional impotence can order the psychotic structure, when this function is not even presented to the subject by the mother, leading to the forclusion of the father's name, and inducing to representation of his desires in the real through the delirium and hallucination, raising the psychic structure.

Key-words: Structuring of the personality. Psychoanalysis. Oedipus complex. Forclusion. Psychosis.

1 Introdução

Sabe-se que a subjetividade humana se constitui a partir das referências adquiridas no processo identificatório, tornando-se a base do desenvolvimento subjetivo. O sujeito para a psicanálise é tido como algo ou alguém que começa a se constituir em suas vivências familiares, pelas identificações que se põem em marcha com as funções paterna e materna, que serão de grande relevância para a estruturação do psiquismo.

O processo de identificação se dá na dinâmica familiar, e é dispositivo fundamental para que a criança se oriente e se posicione nesse espaço de trocas que a função materna instaura. Tanto a função materna, quanto a função paterna darão margem para a criança adquirir conceitos básicos referentes aos valores sociais, a vida em comunidade, e desenvolver traços singulares de personalidade, dando a ele um lugar e um papel nesta triangulação fundante do humano.

O complexo de Édipo foi conceituado por Sigmund Freud (1905), médico e fundador da Psicanálise, como estágio de desenvolvimento psicosexual em que a criança passa por importantes resoluções subjetivas, frente à sua sexualidade e aos papéis sociais presentes no meio em que está inserida.

O conceito de complexo de Édipo, desenvolvido por Sigmund Freud (1905), médico fundador da Psicanálise, é um estágio de desenvolvimento psicosexual em que a criança passa por importantes resoluções subjetivas a partir das experiências de prazer oferecidas pela mãe. Neste estágio, a interdição que recai sobre tais experiências resulta na instauração de lugares e papéis sociais presentes no meio em que está inserida.

No início da vida da criança, a mãe (ou quem desempenhe a função materna) é a figura de maior identificação da criança no início de sua vida, que neste momento se encontra em um grande laço afetivo com o filho, passa então a ser objeto de admiração e desejo deste. O pai, representante do desejo da mãe, entra nesta relação como agente que vem romper este laço de dependência materna e impedir que tal desejo, dito incestuoso, e, portanto, culturalmente proibido, perdure. Trata-se de produzir um rompimento simbólico nesta relação e é feito de forma que a criança perceba que o pai é quem detém

o falo, sendo assim representante simbólico do desejo da mãe. Isto quer dizer que a criança precisa se perceber desprovida e incapaz de ofertá-lo à sua progenitora, ficando então marcada pela lei paterna. E esta lei que o priva de realizar seus desejos na relação com sua mãe, é a mesma lei que vem introduzi-lo em uma ordem simbólica, uma ordem social, em que é preciso ponderar suas relações para realização aceitável de seus desejos e fantasias inconscientes.

Contudo, quando este corte não é efetuado, a psicanálise acredita que a criança acaba por não entrar na ordem do recalçamento de seus desejos, condição fundamental para a vida simbólica. É possível questionar o que acontece na vida psíquica nestes casos, considerando a relevância do complexo de Édipo e da função paterna na estruturação subjetiva.

Diante de tal questionamento, pode-se esperar deste artigo a respeito da função paterna e seu papel determinante na estruturação da personalidade. O entendimento da psicanálise em relação ao posicionamento frente à função paterna, função que instaura a lei que rege a sociedade e as relações interpessoais, deixa claro que a não marcação desta lei implicará o surgimento de uma estrutura que propiciará um modo de funcionamento psíquico passível ao surgimento de sintomas que se manifestam no real e não na ordem simbólica, como ocorre com o neurótico, surgindo os delírios e alucinações do psicótico.

Busca-se aqui discutir como se dá a estruturação da psicose a partir do complexo de Édipo; discutir a construção da subjetividade diante da ineficácia paterna, pela conseqüente não marcação do sujeito pela ordem simbólica.

O estudo e o entendimento destas questões tão enigmáticas acerca dos processos de subjetivação tem uma grande relevância no sentido de contribuir para a compreensão do desempenho da função paterna na resolução dos conflitos subjetivos, o que influenciará o processo de estruturação da personalidade.

2A constituição subjetiva e a psicanálise

A partir de seus estudos sobre a histeria, Freud (1895) funda a Psicanálise e inaugura uma visão que diverge da forma de se conceber o homem naquela época. A psicanálise traz inúmeras considerações relevantes a

respeito da construção subjetiva, e um dos processos primários desta construção é o que Freud denominou de identificação. Este ocorre primeiramente na dinâmica simbólica familiar, e que põe em marcha o processo de montagem do sujeito a partir do modelo do outro, em que este Eu se constitui a partir da incorporação de aspectos desse outro, em algumas características e aspectos relacionados a comportamentos, traços de personalidade etc.

A estruturação psíquica do sujeito tem uma forte e relevante participação da dinâmica familiar. Segundo Sigmund Freud, é na dinâmica familiar que o sujeito toma um lugar para si, se posicionando frente às figuras parentais, buscando se constituir com os vínculos construídos (FERNANDES, 2014). É diante desta dinâmica que se dará o processo de individuação, quando o sujeito consegue dar sentido aos papéis e lugares existentes em seu meio, ocupando um lugar e se posicionando na dinâmica familiar, em decorrência, em grande parte, do desempenho das funções parentais. A identificação é um conceito chave para a compreensão da individuação e inauguração do processo de construção da subjetividade.

Sabendo que a identificação se dá primeiramente com as figuras parentais, o menino, antes de se identificar com o pai, se identifica com a mãe, e descarrega neste vínculo um genuíno investimento objetal. Freud (2013, p.94) afirma que “assim, ele mostra duas ligações psicologicamente diferentes: em relação à mãe, um claro investimento sexual de objeto; em relação ao pai, uma identificação que o toma por modelo”. Por certo período de tempo essas duas formas de ligação caminham lado a lado, sem influenciar uma na outra. Com o desenvolvimento psíquico em andamento essas ligações se cruzam, e a partir deste entrelaçar surge o Complexo de Édipo. Continuando com o pensamento freudiano, ele acrescenta que “a identificação é ambivalente desde o início; ela pode se voltar tanto para a expressão da ternura quanto para o desejo de eliminação” (FREUD, 2013, p. 94).

Percebe-se que a identificação é o processo mais primitivo de ligação afetiva. Em o Eu e o isso (1923a), Freud afirma que “os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouras” (1923a, p.45). Na fase oral do desenvolvimento psicosexual, identificação e a descarga libidinal objetal não se distinguem, sendo possível perceber, de

acordo com Freud, que tais catexias se originam no isso, fazendo com que a criança vivencie estas tendências eróticas como necessidades. Como mencionado, a identificação com os pais seria a primeira e mais importante das identificações, de modo que esta não seria resultado das descargas libidinais de objeto, mas uma identificação imediata e genuína que antecede qualquer catexia de objeto.

O processo de identificação permite que o sujeito tome o outro como um ideal a seguir e ao mesmo tempo se conheça como realmente é, se construindo diante das vivências grupais e interpessoais, se formando na dinâmica social e principalmente, se tratando da identificação primária, na dinâmica familiar. É a partir desta identificação com as figuras parentais e as relações objetais que o sujeito irá por em marcha a sua estruturação psíquica, diante do desejo incestuoso o qual direciona ao progenitor, e como o progenitor se impõe diante desta relação incestuosa. Veremos sobre este assunto no tópico que se segue sobre o Complexo de Édipo.

3A encruzilhada edipiana e a estruturação psíquica a partir do complexo de Édipo

A teoria do complexo de Édipo teve uma grande influência com a tragédia grega de Édipo Rei. A tragédia de Sófocles (1985) conta a história de Édipo, que se tornou rei de Tebas ao assassinar o próprio pai e casar-se com a própria mãe. Essa tragédia foi relevante para a elaboração da teoria psicanalítica, pois Freud compara a ação dramática do herói em desvelar sua origem com o processo analítico, e assim, inaugura-se a psicanálise enquanto teoria e clínica. A análise das longínquas tribos australianas, descritas em Totem e Tabu (1913) também foram importantes para a compreensão da teoria psicanalítica, quando Freud associa o horror ao incesto e o temor totêmico ao que ocorre no complexo de Édipo. Mas afinal, o que é esse complexo de Édipo? Segundo Násio:

O Édipo é a experiência vivida por uma criança de cerca de quatro anos que, absorvida por um desejo sexual incontrolável, tem de aprender a limitar seu impulso e ajustá-lo aos limites de seu corpo imaturo, aos limites de sua consciência nascente, aos limites de seu medo e, finalmente, aos limites de uma Lei tácita que lhe ordena que

pare de tomar seus pais como objetos sexuais. Eis então o essencial da crise edípica: aprender a canalizar um desejo transbordante (NÁSIO, 2007, p. 12).

Segundo Moreira (2004), o complexo de Édipo constitui uma das problemáticas fundamentais da teoria e da clínica psicanalítica. Para a teoria psicanalítica, o momento crucial da constituição do sujeito situa-se no campo da cena edípica. Dessa forma, o Édipo não é somente o “complexo nuclear” das neuroses, mas também o ponto decisivo da sexualidade humana, ou melhor, do processo de produção da sexuação. Será a partir do Édipo que o sujeito irá estruturar e organizar o seu vir- a- ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e de seu posicionamento frente à angústia de castração (MOREIRA, 2004, p. 219-227). Este é um estado de desenvolvimento psicosexual da criança, em que o mesmo está em constante e incessante busca pela realização dos desejos direcionados aos pais (figuras de identificação primária da criança) os quais terão uma função determinante na estruturação psíquica.

Em seu texto de 1905, Freud distingue as fases de desenvolvimento psicosexual às quais toda criança humana passaria até chegar ao complexo de Édipo, sendo elas: oral, anal e fálica. A mãe dá ao bebê o sentido de fome, antecipa um sentido para esse desconforto do bebê e oferece a ele o objeto que ela supõe atender a essa necessidade. Sendo assim, o bebê parte em busca do seio materno, primeiro objeto de auto conservação e satisfação sexual da criança, deixando marcada a predominância da então chamada, fase oral, nos primeiros momentos de vida do bebê. Através da boca a criança experimenta o mundo, conhece, explora e devora-o. Neste momento o bebê se encontra em um laço de grande dependência da mãe, já que ela atende a necessidade de cuidado, alimentação, higiene do bebê.

Na denominada fase anal, a criança desenvolve o poder de controlar o esfíncter, retendo e eliminando as fezes e tomando para si a importância destas como uma obra produzida por ela mesma, causando na criança uma satisfação inestimável. É comum nesta fase as crianças brincarem com barro, argila e até mesmo as próprias fezes. Pode-se também, segundo Freud (1905), utilizar o controle esfinteriano para desafiar aos pais, retendo as fezes quando

estes querem que ele as elimine, e eliminando-as em momentos inapropriados, como na presença de outras pessoas, ao invés de retê-los.

A terceira fase postulada por Freud (1905), a fálica, é na qual se desenvolve o complexo de Édipo. No início desta fase, meninos e meninas acreditavam que todos deveriam possuir o falo, representado pelo pênis, afirmando que inicialmente a criança nega a ausência deste falo. No desenvolvimento do período fálico a criança começa a entender a diferença anatômica dos sexos, e percebe que o menino possui um pênis e a menina não, ou seja, passam a entender a diferença entre aquele que possui o falo daquele que é privado deste.

O pênis não é somente rico em prazeres, mas também órgão mais amado e prezado pelo menino. Este atrai os olhares, é estímulo para as mãos, o toque, a fantasia. O menino faz dele seu mais importante objeto narcísico, e se orgulha de possuir tal instrumento fálico. Quando este pênis torna-se altamente valorizado tanto pelo menino quanto pela menina, toma visibilidade, chama atenção e desperta interesse, representa o desejo, então o chamamos de Falo. O Falo, afirma Násio (2007, p. 22) “não é o pênis enquanto órgão. O falo é um pênis fantasiado, idealizado, símbolo da onipotência e de seu avesso, a vulnerabilidade”. É deste falo que se origina o nome de tal fase de desenvolvimento, pois este representa a supremacia representada simbolicamente pelo pênis.

O menino irá investir neste pênis uma grande energia libidinal que o fará tê-lo como um objeto de grande importância em seu corpo. Para ele, este objeto fálico representará a sua magnitude frente às outras pessoas, pois se ele tem um falo, uma figura que representa uma magnitude, logo, ele terá um poder. Este então será o objeto que fará com que o menino suponha deter o desejo da mãe, figura que até então se encontra em um extremo laço afetivo com o filho, e ele, por sua vez, está em relação de dependência e simbiose com esta mãe. A progenitora sacia todas as necessidades da criança: se o bebê chora por fome, sede, ou dor, a mãe vem correndo para suprir esta necessidade; se a criança cai, a mãe está ali para acudir; se a criança tem medo, a mãe está presente para confortá-lo; deste modo, a criança acredita que ela e a mãe se completam e que a mãe estará sempre presente para acolhê-la e realizar seus desejos e vontades quando que precisar. Pela forma

com que se relacionam, a criança acredita pertencer e ter propriedade sobre o desejo da mãe, pois para ela se a mãe não o realiza o desejo, esta não se sentirá completa, pois também acredita que a mãe depende dele para se sentir realizada.

O menino então supõe que é o objeto de desejo da mãe, e então direciona à progenitora o desejo de possuí-la, a deseja incestuosamente; em suas fantasias deseja dela ter um filho, além de ainda se perdurar o laço de dependência materna que até então se faz instaurado, o pai se vê na obrigação de intervir e instaurar a Lei do interdito. Com receio à ameaça de castração a partir da intervenção paterna, o menino se vê na iminência da escolha de abdicar do desejo da mãe e de salvar seu pênis-falo, ou seguir o desejo incestuoso e perdê-lo. Ele então resolve salvar o seu órgão onipotente e se permite ser marcado pela ordem simbólica da Lei paterna.

Diante desta renúncia, o menino identifica-se com o pai, admirando-o por sê-lo quem gostaria de ser (estar com a mãe e possuí-la), e a partir de então recalca os desejos, fantasias e a angústia de castração, dessexualizando os pais, abrindo-se para desejar outros parceiros fora da dinâmica simbólica familiar. O menino passa a seguir o curso de seu desenvolvimento, aprimorando suas habilidades de independência e autonomia, para que possa direcionar os seus desejos para atividades e/ou relações externas à relação simbiótica que tinha com a mãe.

Na menina, o complexo de Édipo “tem uma longa pré-história e constitui, sob certos aspectos, uma formação secundária” (Freud, 1925/1996, p. 280). Como mencionado no tópico anterior sobre o complexo masculino, toda criança a princípio acredita que todos possuem um pênis, até que se perceba o contrário. Então chega o momento em que a menina vivencia a diferença dos sexos e percebe que ela não é detentora de um pênis como o menino. Assim, ela culpabiliza a mãe por não tê-lo. A menina não possui este objeto de poder, de exuberância que o menino detém e acredita que este lhe foi roubado, que lhe arrancaram. Deste modo, supõe então que a mãe a privou do falo. A menina que perdeu o conforto e tranquilidade do corpo da mãe, perdeu o seio que foi o seu primeiro objeto de realização externa do desejo quando a mãe a desmama; perdeu a mamadeira e chupeta que substituíram este objeto, agora perde o seu suposto falo, e então investe na mãe esta culpa de não deter esta

figura de grande importância que faria com que ela se sentisse plena e poderosa como o menino, e passa então a ter a inveja do pênis, a inveja de não se ter o falo.

Diante do sofrimento causado pela humilhação de não possuir o Falo, a menina, como mencionado por Freud (1925), quer ter o pênis, quer ter a qualquer custo o Falo, e assim ela decai a invejar este objeto. A menina se rebela com a mãe e a abandona como objeto de amor, por não se contentar com o fato desta tê-la feito incompleta, identifica-se com ela. “Se perdeu um objeto amoroso a reação mais óbvia é identificar-se com ele, substituí-lo dentro de si própria, por assim dizer, mediante a identificação (...), a identificação com a mãe pode ocupar o lugar de ligação com ela” (FREUD, 1940/1996, p. 207). Freud assinala que “há uma diferença dessa observação (do pênis ou falta de) nas meninas e nos meninos. Nas meninas a observação imediatamente suscita a inveja: ela faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (FREUD, 1925/1996, p. 281).

A menina recorre ao pai com um pedido de consolação por ter sido ‘traída’ pela mãe, e na intenção de exigir dele sua onipotência. “Quer ser tão forte quanto o seu pai e brandir o Falo que a tornaria novamente senhora dos seres e das coisas” (NÁSIO, 2007, p.54). O pai recusa-se à filha, não oferecendo a ela o tão desejado Falo, então a menina percebe que nunca terá de fato esse poder, porém não desiste mesmo tendo essa convicção de nunca ter o Falo. Segundo Násio (2007), ela se engaja agora com toda a sua insatisfação e revolta recorrente de seu desejo em estar nos braços do pai. Neste momento não deseja ter o poder, mas ser a própria fonte de poder do pai e, deste modo, nasce o desejo de ser possuída por ele. Ela deseja ser a “queridinha do pai”, aquela que o progenitor deseja, assim, passa a desejá-lo incestuosamente, supondo ser o falo do pai. “Quando a menina era invejosa, adotava uma posição masculina, agora que é desejante engaja-se a uma posição feminina. Ao sentimento masculino de inveja sucede o desejo feminino de ser possuída pelo pai” (NÁSIO, 2007, p.55).

O que vem então marcar a grande diferença edípica do menino e da menina é que quando o menino sofre a castração e passa por esse ferimento narcísico este sai do complexo de Édipo, enquanto esta ferida para a menina é

apenas o que a impulsiona a ser inserida no complexo. Ela só adentra no Édipo a partir desta abdicação da mãe para então recorrer ao pai, sexualizando-o.

Neste momento, a mãe volta à cena edipiana após ter sido afastada pela filha, e a menina começa a perceber sua imposição de poder e beleza, sua força e importância. Esta mãe sai de um status de traidora e incapaz para o lugar de mulher bela e amada, um modelo a ser seguido, assim então, começa a se identificar com a mãe e substitui o desejo de ter o pai ao desejo de ter um filho de outrem. Násio (2007, p.56) observa que “o comportamento edipiano da menina inspira-se plenamente no ideal feminino encarnado pela mãe; a criança é toda olhos e ouvidos na observação da mãe e no aprendizado da arte de seduzir o homem.” Mesmo que a admiração pela mãe seja algo forte neste momento, a menina sempre a terá como uma rival. Assim, Násio (2007), afirma que é a partir de então que se concretiza o primeiro indício de identificação com o desejo da mãe, o de ser a mulher do homem amado e a ele conceder um filho.

A ética humana instaura-se primordialmente nas relações intrafamiliares, donde cada sujeito encontra um lugar próprio nesta dinâmica familiar e se posiciona frente aos seus desejos incestuosos barrados pela lei do interdito. Édipo Rei é um forte exemplo de como a falta desta Lei organizadora pode acarretar inúmeros transtornos e perturbações, já que a sua relação incestuosa após o parricídio gerou uma trama trágica em sua história de vida, o levando ao sofrimento eterno do exílio. Esta ética é universal, desde ao mais cuidadoso ato de precaução observado na Grécia antiga, ao abandonar o filho para que não se cumpra um oráculo, até a mais incisiva atitude de matar o grande pai (que viria a se tornar o totem do clã) para se relacionar com as mulheres da tribo (inclusive a mãe e irmãs), como se inscreve nas longínquas tribos australianas da horda primitiva de Totem e Tabu (2013). A ética humana se constrói quando filho se coloca no devido lugar de filho, ou seja, numa ordenação genealógica, social, simbólica, e percebe seus pais como figuras de admiração e identificação, não podendo assim tê-los como objeto de satisfação sexual.

4A Psicose

No entanto, quando a resolução deste complexo de Édipo não passa pela ordenação do desejo ocasionada pela imposição da lei paterna, este não

se faz neurótico, ou seja, o desejo incestuoso não será representado simbolicamente, através da fantasia, do sintoma histérico, dos sonhos. Este se manifestará no real, de forma desordenada, na forma de alucinações e delírios, fundando a estrutura psicótica. Segundo Freud (1924, p. 87) “a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo”. Em outras palavras, a neurose terá sempre o eu para mediar as pulsões e desejos provindos do isso, haverá o filtro egóico que não permitirá que o desejo venha à consciência em sua intensidade e conteúdo genuíno. Enquanto na psicose, os conteúdos do isso ficam soltos devido aos conflitos do eu com o mundo externo, fazendo com que estes conteúdos sejam representados no real.

Lacan em sua releitura à teoria freudiana pensa a psicose com novos olhares e percepções, e lança o conceito de foraclusão, não unicamente como uma tradução de *Verwerfung*, mas a criação de um novo conceito, mesmo que este ainda tenha influência freudiana. Em seu texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, Lacan (1998), aponta um primeiro momento da estruturação do sujeito sob o ponto de vista da foraclusão, que identifica ao momento de exclusão que faz do real algo extremamente fora do campo simbólico. Assim, podemos admitir a foraclusão como algo que vai além de um simples mecanismo defensivo, algo que inaugura a construção subjetiva do ser humano. A esta exclusão do simbólico é atribuída uma função constitutiva do ser. Se na neurose há o processo de retorno do recalcado que causa a revelação do inconsciente, na psicose aquilo que não foi recalcado se manifesta no real.

No campo psicanalítico, a concepção de pai detém uma ordem e sentido um tanto quanto particular, diferente do que se tem no senso comum. Dor (2011) afirma que o pai ao qual se refere a psicanálise se encontra fora da concepção comum do cotidiano. Segundo o autor, o pai na psicanálise seria um agente que intervém na operação simbólica do sujeito. Neste sentido, não se trata de um pai encarnado obrigatoriamente. Não se nega a possibilidade e incidência deste pai ser um pai encarnado, do sexo masculino, que é o progenitor. Dor (2011, p.12) completa dizendo que “por pouco que tenhamos, entretanto, que considerá-lo como um ser, trata-se menos de um ser

encarnado do que de uma entidade essencialmente simbólica que ordena uma função”.

Considerando sua supremacia simbólica, consentimos então a sua função estruturante em cada sujeito, independente daquele que seja o sexo a que se refere este pai. Dor (2011), afirma ser esse pai um pai universal, de modo que não podemos nos privar de sua incidência funcional, função esta que nos inauguraria enquanto sujeitos ordenados psiquicamente. Não nos resta outra saída a não ser nos submetemos a esta ordem imposta por esta função que irá introduzir o sujeito humano na sexualização. Estabelecer o pai simbólico diante do pai real constitui a dinâmica edípica. Como Lacan (1957-58) acrescenta ao dizer que não se estrutura o Édipo se não houver pai, pois, abordá-lo é nomear o pai como figura essencial nesta trama.

Como a efetivação do Édipo só se dá na presença do pai, nos questionamos: como se daria o Édipo na ausência deste? Como mencionado, o pai seria um agente simbólico, agindo sob o pai real ou não, de modo que na ausência do pai real este poderia se normatizar, fazer-se verbo, em qualquer coisa ou pessoa, a depender da importância e significação ao qual se direciona a tal.

A importância destinada ao simbólico dá ao pai simbólico a qualidade de ser considerado a função paterna estruturante. A lei imposta pelo pai metaforiza o desejo materno, que vem impor uma ordem a ser seguida, rompendo o desejo de ser continuação do Outro (mãe e filho como um só). Com isso o pai se faz verbo, inaugurando segundo Lacan (1957-1958) o Nome-do-Pai, o pai enquanto significante. Lacan atribui ao Nome-do-Pai a função de ser o fundamentador da Lei, aquele que é o Outro, ou seja, o objeto de desejo da mãe. A este Outro se dá a importância de ser significante, e se firma pela Lei, executando sua função. Deste modo, a função paterna passa a ser marca central no Édipo, de modo que não é considerado apenas simbólico, mas aquele que se coloca como metáfora diante do desejo materno, assim, sua função no complexo de Édipo é substituir o primeiro significante, a mãe. É o que se considera no seminário 3:

O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma, está destinada ao conflito e à ruína (...) é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, uma

intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai. (...) Essa Lei fundamental é simplesmente uma Lei de simbolização. É o que o Édipo quer dizer. (Lacan, 1955-1956/1992, p. 100-114)

Tendo o Nome-do-Pai como significante que substitui o primeiro significante (metaforiza a mãe) faz com que a criança seja inscrita na significação fálica, inserindo-o na condição da Lei paterna, marcando-se pela linguagem e se inaugurando como um ser sexuado. Lacan (1957-58. p.202) completa: “o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei”. Dando sequência a seu pensamento sobre a metáfora paterna, Lacan conclui que “é na estrutura da metáfora que residem às possibilidades de articular claramente o complexo de Édipo e seu móbil, isto é, o complexo de castração” (Idem. p.185).

Esta metáfora que opera a metáfora paterna, e a inserção do nome-do-Pai enquanto função, completa Ribeiro (2006), se trata da afirmação do pai como um significante no lugar da mãe. Assim, Lacan introduz algo de novo sobre o Édipo, ao afirmar que o pai irá privar a mãe de seu desejo fálico, introduzindo-a em uma lei que não é a dela. O pai priva a mãe e não o sujeito; este a priva usufruindo da autoridade que lhe é dada a partir da palavra da mãe.

É diferente para o menino quanto para a menina essa simbolização da privação que a mãe é objeto, ou seja, a castração afirmada pelo efeito da metáfora paterna. Tal metáfora terá deste modo uma função determinante na ordenação do sujeito enquanto ser barrado, herdeira edipiana ao qual o Pai se impõe diante da triangulação familiar, como afirma Quinet:

O Édipo é o preço que se paga para advir como sujeito de um discurso, obrigando-se a lidar com a falta, com a castração simbólica, com o recalque, o que impede que a verdade do sujeito jamais possa ser dita por inteiro, pois somente através das formações do inconsciente algo da verdade do sujeito pode ser apreendida. (QUINET, 1990. p. 18)

A herança edipiana, quando há a ação paterna, é a falta, trazendo o sujeito à simbolização, donde os seus desejos incestuosos serão recalcados, regidos pelas leis

do inconsciente, sofrendo sempre a represália de um pai que fará sempre ser-se lembrado diante de tais desejos antissociais e impuros.

5A Forclusão

Quando se diz que se submeter ao Édipo é pagar um preço para fazer-se sujeito do simbólico, quer-se dizer que não pagar este preço é estar entregue à balança que pesa ao campo da psicose. Como completa Quinet (1990, p. 18), “o homem como ser falante não pode deixar de lidar com o universo simbólico e é na relação com o significante, com a carência do significante, que se situa o drama da loucura”. E é nesta não relação com o simbólico que se situa a condição essencial da psicose: a forclusão do Nome-do-Pai e a impotência da metáfora paterna.

A função paterna está presente no discurso da mãe, no desejo que ela demanda e representa em suas vivências com o filho. Esta função só será apresentada à criança a partir de sua nomeação pela mãe, que vai deixar claro para a mesma que ela não lhe basta, que precisa de algo mais para suprir esta falta do Outro. A criança que antes supunha ser o complemento da mãe e que seria ela o grande objeto que faria a mãe se sentir plena, agora percebe que também lhe falta onipotência para completá-la. Esta mãe sai em busca deste objeto perdido, e a criança então se vê marcada também por esta falta, por algo que lhe torna incapaz de realizar os seus desejos incestuosos com a mãe, e os próprios desejos da mãe. Este algo é a função paterna que vem introduzir nesta dinâmica a lei do interdito.

Como mencionado anteriormente, esta interdição se faz presente na linguagem materna, quando se é nomeado pela mãe esta divisão do sujeito. Como diz Lacan:

Aquilo sobre o que queremos acentuar é que não é unicamente a maneira pela qual a mãe aceita a pessoa do pai que devemos nos ocupar, mas do caso que ela dá à sua palavra, digamos claramente, à sua autoridade, em outras palavras, o lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da Lei. (LACAN, 1999, p. 157)

Lacan destaca a importância que a mãe deve dar ao Nome-do-Pai, ou seja, a maneira como ela acomoda este significante em sua simbolização e o representa na relação edipiana. Este espaço aberto pela função materna em

seu discurso demonstra a falta desta mãe, e como ela irá apresentar esta falta nomeando a função paterna como significante determinante para a realização de seu desejo, e fonte estrutural da lei que rege esta relação.

Quando a função paterna não se faz presente no discurso da mãe, quando não há a marcação da lei a partir da linguagem, este Nome-do-Pai é foracluído da simbolização da criança, de modo que, ela não dê conta de canalizar os desejos aos quais direciona aos progenitores.

Na psicose não ocorre a *bejahung*, o acesso ao simbólico, no que ele aponta para as leis de alternância e equívoco da cadeia significante. O Édipo, enquanto lei de simbolização, também fracassa, e o significante do Nome-do-Pai não se inscreve como falta simbólica no Outro, deixando de intervir como corte na relação imaginária do sujeito com o outro, fixando o psicótico, por um lado, numa posição de objeto falta-a-ser da mãe e, por outro lado, deixando-o fora do gozo fálico. (Lacan, 1992, p. 155)

A foraclusão consiste no não registro simbólico do significante Nome-do-Pai, sendo esse fracasso da metáfora paterna responsável pela condição essencial da psicose: a ausência paterna na ordenação subjetiva do sujeito. Pode-se dizer que o que se foraclui é o pai enquanto função simbólica, função agente de imposição à Lei do interdito, que deve ou ao menos deveria, amarrar o sujeito na ordem de simbolização de seus desejos. Ao não ser simbolizada, esta função virá falar no Real sob a forma de delírio e alucinação. O que será produzido no Real é a própria função paterna. Contudo, não significa que para este sujeito não existe uma história edipiana.

Calligaris (2013) diz que na psicose, diferente do que ocorre na neurose, não há uma produção metafórica em relação ao pai enquanto função. Deste modo, não é possível afirmar como alguns autores o fazem, de que os significantes foram foracluídos. Todos os significantes (paternos) fazem parte do saber subjetivo do sujeito, o que não foi simbolizado é a função protagonista desses significantes, a função de amarragem. O que ocorre é que a organização deste saber em torno da função não é acessível ao sujeito, os significantes se organizam de outra forma. O psicótico produz a metáfora delirante, e a sua ação está no Real e não com campo Simbólico.

Esta foraclusão do significante é uma forma de negação que não deixa sequer um resquício da castração, pois nem sequer Ihe foi apresentada. Ao contrário do recalque no neurótico e, do desmentido no perverso, que

conservam o conteúdo no inconsciente, este não o conserva, o elimina, destrói, fazendo com que o que é negado no simbólico retorne no real sob a forma do delírio ou alucinação. A falha na organização dos significantes faz com que o sujeito não consiga estruturar e simbolizar o Real, assim, não realiza uma metáfora no campo linguístico, como se constata nas neuroses. Por estar diretamente ligado ao Real, elabora neste uma metáfora do tipo delirante. Ao foracluir o significante, o psicótico não dá conta de se ater às leis simbólicas. A lei paterna passa a ser, metaforicamente, uma “poeira de baixo do tapete”, que não se mostra em sua função de barragem para o sujeito e portanto de Lei de parentesco, mas se representa inevitavelmente de forma inconsciente no discurso, que não está marcado pela lei que rege a ordem simbólica. Esta poeira pode se espalhar através de alucinações, cujos conteúdos estão ligados à dificuldade deste sujeito se posicionar diante da não marcação desta lei. O ‘papel’ do pai é conciliar o desejo com a Lei: função paterna. O que depende da importância que a mãe dá ao Pai, ao Nome do Pai, é necessário que esse lugar simbólico exista na própria mãe. A fração parental: função materna e função paterna

Com o mecanismo de foraclusão, o psicótico não se ordena na lógica fálica, pois não se marca pela metáfora paterna, agente da promoção da circulação fálica na relação entre Pai, mãe e criança. Como não é submetido à ordenação fálica, este se mostra perdido e exposto a um emaranhado de significantes que ele não dá conta de simbolizar. Devido à falha da função paterna que não esteve presente na ação da mãe, o sujeito se insere então em uma cadeia de significantes soltos, que causam perturbação, e que não são dotados de significação simbólica. Em meio a esta dificuldade de lidar com estas significações o sujeito se perde no não sentido das coisas, e encontra na palavra uma forma de burlar as leis simbólicas e dar sentido aos significantes que estão soltos, utilizando-se da linguagem presente no contexto de seus sintomas delirantes. Estes delírios são a verdade do sujeito frente à condição de foracluído. É a verdade que ele impõe à sociedade como sendo algo absoluto e indissociável.

6 Considerações finais

Com o desenvolvimento dos estudos psicanalíticos, Freud indicou os caminhos para a compreensão da construção da subjetividade. O campo para os estudos da subjetividade foi se tornando mais acessível com os novos conceitos, como: a identificação, e, sobretudo, a própria ideia do complexo de Édipo.

Com os pais como referência do desejo, dá-se início ao Complexo de Édipo, que irá introduzir a criança em um difícil momento frente à sua sexualidade e as leis sociais que a farão ver o seu desejo como impuro e imoral. Quando esta criança se marca por esta interrupção ao desejo incestuoso, adentra-se então à ordem de simbolização e genealogia, direcionando seu desejo para outros que não sejam seus progenitores.

A grande discussão do tema deste trabalho se segue ao se questionar quanto a não marcação do sujeito por esta lei tácita que vem barrar o desejo da criança sobre a atuação livre do desejo. Chega-se à conclusão de que a função paterna deve ser incisiva quanto ao desejo incestuoso, mas para isso ela precisa ser apresentada à criança como figura de poder na dinâmica simbólica. A mãe é essencial neste processo, pois, é ela quem vem apresentar o “Pai” à criança através de seu discurso. Se esta não nomeia o Pai, o mesmo não terá efetividade no corte, de modo que a criança não irá simbolizar os seus desejos. Neste caso, o significante Nome-do-Pai será foracluído, e o desejo da criança passará a ser representado no real, sob a ordem de alucinações e delírios, já que não foram recalcados e armazenados no inconsciente.

Conclui-se que o desfecho do complexo de Édipo é essencial para a trama familiar simbólica. Esse desfecho é determinante para a estruturação psíquica do indivíduo, fundando-o como sujeito barrado, ou no caso da psicose, não marcado pela lei paterna. Sendo assim, esta criança não se orienta pelo interdito do desejo dito incestuoso, e como consequência, este seu desejo será representado na história delirante que virá sob forma metafórica, sempre com uma referência à lei a qual não lhe atravessou, pois não lhe foi apresentada: a Lei do Pai não imposta na castração. A Lei falida. A foraclusão do Nome-do-Pai, o transmissor do valor fálico. Quando se depara com a castração, a criança escapa da angústia através da fantasia, ao contrário, se a lei não se impõe, o delírio poderá tomar esse lugar.

Referências

CALLIGARIS, Contardo. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. 2ª ed. – São Paulo: Zagodoni, 2013.

DOR, Joel. **O pai e sua função em psicanálise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, J. N. **O conceito de família em Freud**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 118 p.

FREUD, S. (1895). **A origens da psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

FREUD, S. (1905). **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1924). **Neurose e Psicose**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIX, p. 87-89. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1925). **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

FREUD, S. **O eu e o isso** (1923). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. Revisão técnica e prefácio de Edson Sousa; ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 93-102.

FREUD, S. **Um exemplo de trabalho psicanalítico** (1940), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996: p. 197-207.

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013, p. 16- 36.

LACAN, J. (1992). **O Seminário. Livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 100-284. (trabalho original publicado em 1955-1956).

LACAN, J. (1992). **O Seminário. Livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 100-284. (trabalho original publicado em 1955-1956).

LACAN, J. (1998). **De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose**. In J. Lacan, Escritos (p. 573-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).

LACAN, J. (1999). **O seminário. Livro 5. As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 150- 157. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

LACAN, J. (1999). **O seminário. Livro 5. As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 150- 157. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Édipo em Freud: o movimento de uma teoria**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 2, p. 219-227, Ago/ 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Set. 2016.

NÁSIO, Juan- David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahaar, 2007, p. 19- 65.

QUINET. Antônio Luiz de Andrade. **Clínica da psicose**. 2ª edição. Salvador: Editora Fator, 1990.

RIBEIRO. Paula Mancini C. Mello. **Um real em jogo: a função do pai e o sujeito na clínica**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia, 2006.

SÓFOFLES. **Édipo Rei**. Coleção Clássicos inquérito, v. 1. 5ª edição. Lisboa: Editora Inquérito, 1986.